

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16843 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 10 - Ensino Fundamental

Percepção de Estudantes de colégio cívico-militar sobre o clima escolar: 40 anos após a ditadura Militar ainda é preciso combater o militarismo na escola pública brasileira!

Francismara Neves de Oliveira - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE COLÉGIO CÍVICO-MILITAR SOBRE O CLIMA ESCOLAR: 40 anos após a Ditadura Militar ainda é preciso combater a militarização da escola pública brasileira!

Resumo

No ano em curso relembra-se que há 40 anos o regime militar autoritário impregnou o tecido social e corrompeu a democracia no Brasil. A escola, como produtora e reprodutora da ordem social vigente sofreu consequências da militarização em seus processos de ensino-aprendizagem as quais ainda permeiam documentos normativos, políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas nas escolas. Em contraposição, o ambiente escolar cooperativo intencionalmente planejado, oferece suporte e construção de valores sociomoraes que atuam preventiva e interventivamente, restabelecendo as ações democratizantes no interior da escola. O objetivo da pesquisa realizada consistiu em identificar o clima escolar predominante em um colégio cívico-militar paranaense, na percepção de estudantes do ensino fundamental. Participaram do estudo composto por 122 estudantes, matriculados nas séries finais do ensino fundamental (sétimo, oitavo e nono ano), variando entre 11 e 16 anos de idade e frequentando esta instituição escolar entre 1 e 4 anos. O estudo constatou um ambiente autoritário com predominância (89%) do respeito advindo da obediência às figuras de autoridade em detrimento da compreensão das regras e da promoção do respeito mútuo entre os estudantes. Evidenciou a ausência de promoção de ambiente cooperativo e reciprocidade nas relações interpares.

Palavras-chave: clima escolar; escola cívico-militar; militarização das escolas; respeito.

Introdução

Apesar de consolidada, a estabilidade democrática brasileira enfrenta na atualidade

grandes embates no cenário político, econômico e social. Crises ideológicas, rupturas políticas e ataques recentes à democracia, acabaram por acentuar a polarização e acarretaram grandes desafios a serem superados. Desigualdade social, extrema pobreza, escassez de políticas públicas emancipadoras e sucateamento da educação, são alguns dos muitos problemas dos quais o tecido social brasileiro é constituído.

Prova disto, o governo brasileiro na gestão 2019-2022, conectou as políticas públicas educacionais aos seus posicionamentos ideológicos favoráveis ao militarismo, militarização de escolas e defesa da ditadura militar e, por meio do decreto nº 9.465, de 02 de janeiro de 2019, o governo federal, com a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, com base no Art.16 (Brasil, 2019) implantou o modelo militar com o objetivo de “[...] melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas [...]” baseado no “[...] alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares” na realidade do atual governo (Brasil, 2022, p. 385).

Estabeleceu-se, assim, Diretrizes para as Escolas Cívico-Militares com a finalidade de orientar os participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) sobre a implantação e funcionamento das ECIM que buscam “[...] viabilizar a gestão de excelência das ECIM nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da educação básica do Brasil” (Brasil, 2021, p. 8).

As Escolas Cívico-Militares (ECIM), são, portanto, instituições públicas de ensino que adotaram uma gestão compartilhada entre civis e militares a partir da colaboração do Ministério da Educação e Ministério da Defesa. São caracterizadas por três grupos de gestores – gestão administrativa, didático-pedagógica e educacional – essas escolas apropriaram-se de aspectos essenciais de gestão adotados nos diferentes colégios militares do Brasil, com adaptações para a Educação de civis (Brasil, 2022). Para além das funções exercidas tradicionalmente em um contexto escolar como diretor, vice diretor, coordenador pedagógico, docente, etc., as Escolas Cívico-Militares contam também com Militares que integram a Gestão Educacional, desempenhando o papel de oficiais de gestão educacional e monitores que são responsáveis por zelar pela disciplina escolar, acompanhar a frequência dos alunos na escola, resolver conflitos, lançar ocorrências no sistema, conduzir formaturas diárias, promover o espírito de civismo, entre outros (Brasil, 2021a).

Na percepção dos autores deste artigo, há múltiplos universos escolares, constituídos por pluralidades e compostos por diferentes dimensões: administrativas, educacionais, pedagógicas e da convivência humana. A maneira como os diferentes ambientes que compõem esse universo são organizados, se inter-relacionam e constituem o clima escolar, podendo contribuir ou retardar o processo de desenvolvimento crítico dos estudantes. A conceituação do Clima Escolar adotada neste artigo é proposta pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GEPeM), segundo a qual o clima escolar é compreendido como um conjunto de percepções e expectativas compartilhadas por atores educacionais a

respeito de fatores que se inter-relacionam como normas, regras, valores, organização das diferentes estruturas que compõem a escola, relações interpessoais e objetivos almejados. Neste viés, cada escola apresenta seu próprio clima, podendo influenciar negativa ou positivamente na dinâmica escolar e nas relações que ali são construídas (Vinha et al., 2017; Moro, 2020; Menin et al., 2017).

Relevante a todos os ambientes escolares, no contexto de escolas cívico-militares torna-se ainda mais instigante à pesquisa, dada a característica autoritária e disciplinadora, ênfase na obediência, coação e punição, presentes nesse universo escolar. Pesquisas apontam que ações pautadas na punição, autoritarismo e obediência pelo medo e coação não resolvem as raízes dos problemas sociomoraís. (Vinha et al, 2018; Vinha, Moraes e Moro, 2017; Tognetta, 2017). Ao tratar do assunto da regulação emocional, Cruvinel e Boruchovitch (2019, p. 118) analisam que “a capacidade do professor em conhecer e regular suas próprias emoções e conflitos torna-se um pré-requisito essencial para uma prática efetiva”. Essa prática só é possível se professores e gestores forem capazes de relacionar-se com respeito mútuo, solidariedade, justiça e demais valores que colaboram com um ambiente harmonioso. É pré-requisito para essa prática, uma relação menos verticalizada e mais horizontalizada na qual professores e estudantes se respeitam não por medo, ou autoridade de um e a sujeição de outro.

Em síntese, os princípios norteadores das escolas cívico-militares se contrapõem aos da educação que visa formar valores e favorecer a autonomia e o respeito mútuo. Grizotes e Frick (2021, p. 85) citam algumas importantes diferenças: relações de respeito, construção das regras, no trabalho com os valores, nas sanções e no entendimento de gestão democrática.

A educação que objetiva a formação de opiniões críticas e cidadania, que se apresente de fato participativa, deve se articular em torno de três eixos de acordo com Candau e Sacavino (2000). A educação para o “nunca mais” que busca promover o sentido histórico, resgatando memórias para que determinadas situações não sejam repetidas. A formação de sujeitos de direitos que implica em reforçar, por meio de práticas concretas, a lógica de uma democracia pela igualdade de oportunidades e de condições. E, por fim, a promoção do empoderamento de atores sociais, principalmente dos grupos marginalizados e excluídos para a construção de relações mais igualitárias e simétricas.

A escola, enquanto espaço de construções e aprendizagens, pode possibilitar uma educação em direitos humanos que garanta essa articulação, a fim de construir uma sociedade mais justa, crítica e verdadeiramente democrática, tal como enfatizam Carneiro et al (2019) que a finalidade da educação é a defesa de uma sociedade respeitosa e democrática, de defesa da liberdade, da autonomia, do pensamento livre, da crítica e da construção da justiça social o que leva ao estudo do clima escolar.

A pesquisa realizada objetivou identificar a percepção de clima escolar dos estudantes do ensino fundamental matriculados em um colégio cívico-militar de uma cidade norte

paranaense.

Metodologia

A pesquisa foi quali-quantitativa, submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a todas as regras empregou como instrumento uma escala do tipo Likert-4 pontos, desenvolvida por Moro (2020), de aplicação única, coletiva, porém de preenchimento individual pelos estudantes, na escola onde estudam. Participaram do estudo composto por 122 estudantes, matriculados nas séries finais do ensino fundamental (sétimo, oitavo e nono ano), variando entre 11 e 16 anos de idade e frequentando esta instituição escolar entre 1 e 4 anos.

Para a interpretação dos dados coletados nesta pesquisa, foi realizada inicialmente uma análise estatística a fim de averiguar os escores das subcategorias dos instrumentos aplicados. Conforme Lakatos (1981, p. 32-33) “os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si”. Os resultados da análise estatística e do estudo descritivo revelaram clima escolar autoritário, com predomínio de obediência à autoridade policial, medo das punições e sanções expiatórias. O respeito identificado foi o unilateral, representando 89% das respostas.

Considerações Finais

Recentemente houve no Brasil uma mobilização política com bases ideológicas de extrema-direita que, em nome da hierarquia e do nacionalismo, deu lugar a uma sociedade estruturalmente moralista, que mesmo após três décadas de redemocratização, ainda compactua com ideais pautados no radicalismo, na disseminação de informações falsas e na utopia de que militares no poder manterão “a ordem e o progresso” do país. O ressurgimento do autoritarismo no Brasil não é um fato isolado, mas sim uma herança política e social da ditadura militar que flerta com táticas fascistas para sustentar o falso patriotismo, o fundamentalismo religioso e que corrobora com a manutenção das elites em cargos de poder.

Relações hierárquicas e coercitivas podem afetar negativamente o desenvolvimento integral dos estudantes, comprometendo o diálogo, favorecendo reações agressivas e, podendo, sobretudo, invisibilizar os sujeitos de modo que a obediência às regras, leis e autoridades seja ressaltada, promovendo uma formação que garante o conformismo e a submissão. Para opor-se a esta proposta, uma educação baseada em relações recíprocas, no respeito mútuo, na compreensão das regras, na autorregulação, na autonomia e no pertencimento.

A proposta da educação cívico-militar está na contramão da promoção da autonomia moral. Instiga a obediência à regra sem que se possa pensar a regra, perceber se ela visa ou não o bem comum, questioná-la, propor mudanças que permitam que ela atenda a um maior número de sujeitos. A escola cívico-militar atua na contramão dos princípios que promovem consciência, vontade própria de obedecer sem o emprego de sanção expiatória, intimidação ou medo. Atua na contramão de processos de construção moral que levem às trocas e interações sociais que primam pelo espaço dialógico, democrático e cooperativo em um clima escolar de reciprocidade e desenvolvimento sociomoral construtivo. Promovem, na contramão do processo de consciência de si e do outro, o disciplinamento do corpo, da aparência e do comportamento.

Uma vez que a escola busque mecanismos para a melhoria na qualidade do clima escolar, tornando-o positivo a partir de estratégias acolhedoras, processos educativos centrados nos alunos, sentimento de pertença e reflexões coletivas, as relações ali construídas tendem a ser mais respeitadas, superando condutas que se contrapõem às regras de uma boa convivência. Emerge deste estudo a sugestão de novas pesquisas que analisem outros contextos escolares para compará-los às escolas cívico-militares, que proponham intervenções promotoras de um clima escolar construtivo, capaz de fomentar o desenvolvimento sociomoral, buscando favorecer a convivência democrática, solidária e respeitosa no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 02 de janeiro de 2019.** Diário oficial da união. Governo federal, 2019.

BRASIL. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. 2. ed., 2021.

BRASIL. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores das Escolas Cívico-Militares, 2022.

CARNEIRO, Marcelo Carbone; DE ARRUDA, Antonio Carlos Jesus Zanni. LEITE, Aline Fernanda Ventura Sávio; MARÇAL, Vicente Eduardo Ribeiro. Por que ainda Piaget? A necessidade do conhecimento e da autonomia na escola. **Revista de Filosofia da Região Amazônica** – Clareira. Vol 6. Nº 1-2 – Jan-Dez/2019. ISBN: 2359-1951

CRUVINEL, Mirian; BORUCHOVITCH, Evely. Como promover a autorregulação emocional de crianças e adolescentes no contexto educacional. *In*: BORUCHOVITCH, Evely. GOMES, Maria Aparecida Mezzalira. **Aprendizagem Autorregulada.** 4ª reimpressão. Rj. Editora Vozes Ltda, 2019.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. MENIN, Maria Suzana De Stefano. **Valores Sociomorais.** Adonis; 1ª ed, 2017.

VINHA, T.; MORAIS, A; MORO, A. (org.). **Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar**. Campinas, SP: FE/UNICAMP. 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=79559&opt=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VINHA, T.; NUNES, C. A. A. **O desafio da convivência**. Cadernos Globo, v. 14, p. 70-79, 2010. Disponível em: http://app.cadernosglobo.com.br/banca/volume-14/pdf/70-79_desafio_de_convivencia.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

VINHA, T.; NUNES, C. A. Inclusão de Educação Moral e Cívica nos currículos não vai tornar alunos mais éticos. **Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional**, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.portaliade.com.br/inclusaode-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-nao-vai-tornar-alunos-mais-eticos/>. Acesso em: 10 mar. 2023.